

## **Aí Já é Vandalismo: Mídia, Poder Simbólico e Disputa de Sentido<sup>1</sup>**

Raquel DORNELAS<sup>2</sup>  
Universidade Vila Velha, Vila Velha, ES

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar a disputa de sentido que se instaurou em torno da tática *black bloc* a partir de seu aparecimento na cena pública brasileira durante a onda de protestos que ficou conhecida como “Jornadas de Junho” em 2013. Até então estranha à maior parte da população do país, a prática suscitou um intenso debate dentro e fora do ambiente midiático, que visava atribuir um sentido às ações: ora tachadas como baderna, ora legitimadas como ato político. Para a análise, reunimos diversos fragmentos discursivos de momentos ilustrativos da disputa de sentido e que poderão ser analisados à luz do conceito de poder simbólico, de Pierre Bourdieu.

**Palavras-chave:** poder simbólico; disputa de sentido; *black bloc*.

No fim do primeiro semestre de 2013, uma onda de protestos começou a tomar conta do Brasil. Concentradas no período de realização da Copa das Confederações, as chamadas “Jornadas de Junho” reuniram uma multidão predominantemente jovem por mais de 300 cidades do país. A luta pela revogação do aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo foi o ponto de partida dos protestos, mas as manifestações ganharam uma pauta de reivindicações quase tão grande quanto o número de pessoas que foram às ruas.

A imensidão do movimento e a intensa mobilização suscitada causou surpresa em todo o país e até mesmo no restante do mundo. Levantou dúvidas, discussões e uma intensa cobertura jornalística. Em todos os veículos, direcionados aos mais diversos segmentos, surgiu a tarefa de tentar desvendar o elemento que passou a fazer parte do cotidiano dos brasileiros.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora do curso de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda da Universidade Vila Velha (UVV). Email: [raquel.dornelas@uvv.br](mailto:raquel.dornelas@uvv.br). Este trabalho apresenta dados da pesquisa realizada durante o curso de Mestrado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da prof. dra. Vera Regina Veiga França.

Seja no pico das manifestações ou nas ações pontuais posteriores, um fato chamou a atenção: um grupo passou a se destacar em meio aos manifestantes por protagonizar episódios de depredação e sérios confrontos com as forças policiais do Estado – sempre ao fim dos protestos. A princípio não se sabia muito a respeito deles. Não tínhamos ideia do que queriam aquelas pessoas com rostos encobertos e vestimentas pretas destruindo concessionárias de veículos, agências bancárias, lojas de empresas de telefonia e fachadas de prédios governamentais. Mas logo chegou à cena pública a explicação de que a maior parte delas não agia de forma aleatória: suas intervenções tinham alvos bem definidos (ícones do universo financeiro) e eram uma maneira simbólica de demonstrar oposição ao capitalismo. O fato das intervenções também atingirem bens públicos (lixeiras, prédios administrativos municipais, estaduais e federais, placas de sinalização) era uma clara demonstração de insatisfação com as instâncias governamentais vigentes.

Tais intervenções foram protagonizadas pelos adeptos de uma tática de ação direta denominada “*black bloc*” [do inglês, bloco negro]. Não se trata de um movimento, mas de uma maneira de agir coletivamente. Os grupos que dela se utilizam estão espalhados por inúmeros países. Agem prioritariamente vestidos de preto e com os rostos cobertos, para evitar identificações e possíveis repressões por parte da força policial, bem como para conferir unidade aos adeptos.

Apesar de não constituírem um grupo propriamente dito, é possível identificar certa predominância no pensamento político dos adeptos à tática, como os traços de horizontalismo e auto-organização. De fato, a maior parte dos adeptos ao *black bloc* compartilha ideais de uma sociedade mais livre, igualitária e progressista. Não se trata de uma totalidade, mas muitos dos que praticam a modalidade de ação realizam uma crítica radical ao sistema político-econômico, defendem a plena igualdade e se inserem em uma perspectiva anarquista, anticapitalista e antiglobalização, ou então se alimentam dos principais ideais que sustentam essas posturas. Para a maioria desses ativistas, o sistema capitalista gera exploração e é responsável pelas mazelas atuais do mundo. Já o Estado é encarado como uma figura opressora, que auxilia as corporações e está submetido às regras e à coerção do capital. Um dos participantes de atos no Canadá justifica essa motivação para suas ações:

Convictos que somos vítimas crônicas da injustiça flagrante do capitalismo, que domina, mata, massacra, estupra, reduz à escravidão... [...] Convictos de que o Estado não foi jamais outra coisa além do gestor dos conflitos de classe, quer através da sua polícia [...] ou pelas suas técnicas de gestão da pobreza e da miséria... [...] Nós anarquistas (nem

todos destruidores e destruidoras apesar de tudo!), revoltados, ou muito simplesmente cidadãos responsáveis, quebramos tudo no nosso caminho. E logo de manhã varremos os pedaços de vidro e as mercadorias que transformamos em projéteis, dando-lhes utilidade pelo menos uma vez, sendo também as ruínas da opressão que serão assim varridas. (LUDD, 2002, p. 137)

No Brasil, a ação direta *black bloc* suscitou um intenso debate dentro e fora do ambiente midiático sobre como podemos classificar tais intervenções. Por um lado, a maioria das falas rotulou as ações como “baderna”, “arruaça” e responsáveis por transformar nossas cidades em “verdadeiras praças de guerra”. Em praticamente todas as ocasiões nas quais esses grupos agiam, a cobertura jornalística de massa recorreu a uma frase que acabou se tornando clichê: “os protestos de hoje começaram pacíficos, mas terminaram em pancadaria e depredação, provocadas por uma minoria de vândalos”. Estava assim lançado o dualismo que tomou conta de quase todos os relatos sobre o acontecimento: manifestantes pacíficos *versus* vândalos.

Na contramão desse argumento, houve quem defendesse a tese de que o próprio Estado brasileiro é o grande vândalo da contemporaneidade, uma vez que a população não teria serviços públicos de boa qualidade e que seríamos obrigados a conviver com uma polícia sanguinária e abusiva. Além disso, os próprios sujeitos que utilizam a prática tentavam encontrar espaço para explicar o sentido simbólico de suas intervenções: as ações diretas seriam um ato político e não uma pura e simples depredação.

A coexistência de quadros de sentido desiguais deu origem ao embate discursivo. Na confrontação de pontos de vistas, as categorizações e os enquadramentos agiram na linha de frente da batalha por significações. E perceberam-se claramente as tentativas de detenção de um tipo específico de poder: a luta pelo direito de responder aos questionamentos impostos pelo aparecimento da tática se traduziu também na luta pelo discurso legitimado, ou seja, pelo poder simbólico.

### **Poder Simbólico**

A expressão “poder simbólico” refere-se ao poder que se encontra no âmbito das significações. Ele age na dimensão dos sentidos, na definição do nosso mundo social. O sociólogo francês Pierre Bourdieu, um dos principais nomes a levantar tal discussão, define a expressão da seguinte forma:

O poder simbólico, como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase

mágico que permite obter o equivalente daquilo o que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização. (BOURDIEU, 2012, p.14)

Assim, o poder simbólico faz os sujeitos crerem. Torna os significados do mundo legítimos. Impõe uma visão de vida. Por isso mesmo, pode ser utilizado como um instrumento de dominação (e frequentemente acaba sendo). Sendo assim, Bourdieu explica como os sistemas simbólicos podem exercer uma função política: a de integração social.

Em outras palavras, estamos falando de uma ferramenta que torna possível o consenso no mundo social e a reprodução de uma ordem estabelecida (ou a formatação de uma nova). Recorrendo ao pensamento de Émile Durkheim, o sociólogo destaca como esse processo ocorre:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’. (BOURDIEU, 2012, p. 10)

Se atentarmos para a palavra *consensus* no trecho acima, entenderemos que o poder simbólico age na dimensão da *doxa*, termo grego que se refere aos juízos naturalizados por uma maioria. Ou como Bourdieu bem nomeia: o indiscutível, o que já está dado. Assim, o poder simbólico age sem que se perceba que ele esteja agindo. Ele promove um consenso sobre o mundo, sem que esse mesmo mundo se dê conta de que sustenta tal concordância. Ele só é reconhecido por ser completamente ignorado, tido como natural, visto como óbvio. Ele é, portanto, da ordem do arbitrário.

Bourdieu explica que a destituição do poder simbólico somente será possível a partir da “tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e aniquilamento da crença” (2012, p. 15). É preciso lembrar aos sujeitos de que existe sim um consenso, porém mais do que isso: é necessário revelar que esse consenso não existe desde sempre, mas que foi construído social e historicamente, podendo ser perfeitamente discutido e até mesmo modificado.

Em função dessa possibilidade, os sistemas simbólicos podem se tornar palco de lutas de grupos que desejam tomar posse ou quebrar o poder vigente de definição do mundo social. Mas como isso ocorre afinal?

Uma das ferramentas da luta simbólica ocorre no nível da legitimação dos grupos dentro de um campo<sup>3</sup>. Para colocar os significados instituídos em xeque, é preciso, antes, colocar à prova *quem emite* tais significados. Assim, a luta simbólica passa antes pela luta por legitimação dos lados que disputam o papel de dar sentido ao mundo. O espaço pelo direito de fazer crer é também um espaço de luta pela validação dos grupos que disputam tal ofício dentro do campo. Ao defender seus sistemas simbólicos, os grupos defendem a posição legítima para ter o direito de definir o que está em jogo. Assim, a luta simbólica anda lado a lado com uma luta por legitimidade, bem como pela deslegitimação de grupos opostos.

Os integrantes de um campo podem até se esforçar para afirmar e reafirmar sua legitimidade, mas apenas este exercício não é suficiente. Para ser considerado legítimo, um grupo proferidor de sentidos precisa conquistar credibilidade que lhe dê o direito de proferir os enunciados que constituem os significados do mundo. O detentor do poder simbólico precisa, assim, gozar de certa reputação:

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá, àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. *Credere*, diz Benveniste, ‘é literalmente colocar o *kred*, quer dizer a potência mágica, num ser de que se espera proteção, por conseguinte, crer nele’. O *kred*, o crédito, o carisma, esse não-sei-o-quê pelo qual se tem aqueles de quem isso se tem, é o produto do credo, da crença da obediência, que parece produzir o credo, a crença, a obediência. (BOURDIEU, 2012, p. 188)

Assim, o poder simbólico está intimamente ligado à confiança, à crença que sujeitos dispensam em outros sujeitos. Isso nos leva a entender como este tipo de poderio é da ordem da relação. Ele não está *a priori* no sistema simbólico. Em outras palavras: não é intrínseco às palavras, aos discursos. Ele está na relação entre quem profere esses discursos e aqueles que os acatam. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 2012, p. 15). Como já dissemos, para ter a posse do poder, é necessário que existam atores que se sujeitem a ele. Uma relação legitimada por um voto de confiança.

---

<sup>3</sup> O conceito de campo é central no pensamento de Pierre Bourdieu. Em linhas gerais, pode ser definido como um espaço estruturado por diferentes posições sociais e espécies de poder (capital), regras próprias e relativa autonomia com relação a outros campos. Não se trata de um espaço neutro, mas um palco de jogos de disputas. Exemplos: campo literário, científico, religioso, etc. Para mais, ver Bourdieu (2012, p. 59-73).

## O Jornalismo como Campo Legitimado para Nomear

O poder simbólico se mantém vivo por meio de um tipo específico de capital – chamado também de simbólico. Possuir essa moeda valiosa é ter a propriedade de fornecer sentidos ao mundo. Berger explica qual campo, segundo seu ponto de vista, detém preferencialmente esse tipo de capital:

A nossa hipótese é que o campo do jornalismo detém, privilegiadamente, o capital simbólico, pois é da natureza do jornalismo fazer crer. O capital do campo do jornalismo é, justamente, a credibilidade. É ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está sendo constantemente testada, através de pesquisa, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se firmar, sem, no entanto, nomear-se, com o tal. Credibilidade tem a ver com persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os ‘efeitos de verdade’, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas. (BERGER, 2003, p. 21-22)

Sendo uma das esferas mais importantes de fornecimento de sentidos, o jornalismo promove uma perspectiva de leitura própria dos acontecimentos do mundo. Tal leitura obedece a uma séria de normas, modos de fazer e características que são típicos da forma jornalística de falar. Não é nossa intenção explicar como é essa prática da imprensa, mas é importante entendermos alguns aspectos do manejo do capital simbólico e procedimentos que o jornalismo realiza para fornecer sua visão dos acontecimentos.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, ao narrar um acontecimento, o jornalismo tenta fazê-lo sob uma égide de objetividade. A ideia de objetividade nesse campo está ligada a um relato verossímil dos fatos, orientando uma visão de mundo “tal qual ele é”. Sabemos que se trata de uma perspectiva ingênua porque todo relato é sempre uma constituição, uma mediação do mundo feita pela linguagem<sup>4</sup>. Apesar disso, ainda paira sobre o fazer da imprensa uma aura de imparcialidade; de estar plena e exclusivamente a serviço do interesse público. O ofício do jornalista é, muitas vezes, assumido como um trabalho cidadão.

Outra condição que marca a prática jornalística é o senso de urgência. Na pressa para fechar o jornal diário, na ânsia por dar o “furo” mais rápido que o portal de notícias concorrente, os jornalistas recorrem aos *fast-thinkers* (pensadores rápidos): especialistas que evocam sentidos já cristalizados, de fácil assimilação pelo grande público – o que Bourdieu denomina “ideias feitas”. A recorrência às ideias feitas dos *fast-thinkers* ocorre

---

<sup>4</sup> Para mais, recomendamos a leitura de Alsina (2009).

em detrimento de novas fontes que poderiam problematizar ou desconstruir os sentidos cristalizados – o que é ainda menos comum quando ocorrem acontecimentos inesperados. Nestes casos, a urgência da profissão dificulta a busca por novas leituras. Na pressa, o profissional acaba incluindo lugares-comuns nas matérias, que são difundidos pela maior parte dos especialistas. Nessa tarefa, muitas vezes precipitada, a imprensa convoca sentidos rasos e o jornalismo acaba por legitimar algumas significações estereotipadas.

Ao evocar as ideias feitas dos especialistas, conforme nomeia Bourdieu, os jornalistas realizam um trabalho de nomeação dos acontecimentos. De acordo com Christa Berger:

A luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. (BERGER, 2003, p. 22)

O jornalismo categoriza os fatos do mundo, fornece uma identidade para os acontecimentos que ocorrem ao nosso redor. Muitas vezes, podemos corroborar com essas identidades, principalmente quando não temos condições de presenciar o fato ou formular por conta própria nossa opinião a respeito dele. Assim, retornando ao pensamento de Pierre Bourdieu, vamos entender como o ato de nomear é um importante braço do poder simbólico. O sociólogo francês destaca que o poder simbólico é “um poder de fazer coisas com palavras”. Em outras palavras, “a descrição faz as coisas” (BOURDIEU, 1990, p. 167). Descrever, classificar e dar nome a um fenômeno orienta o significado do próprio fenômeno, o traz à existência – uma existência não mais da dimensão do sensível, mas sim do inteligível. Assim, classificações diferentes fornecem existências diferentes para pessoas, objetos, eventos:

De facto, este trabalho de categorização, quer dizer, de explicitação e de classificação, faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas do bem dizer e do mal dizer. [...] Não é por acaso que *katègorein* de que vêm as nossas categorias e os nossos categoremas, significa *acusar publicamente*. Compreende-se que uma das formas elementares do poder político tenha consistido, em muitas sociedades arcaicas, no poder quase *mágico* de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação. (BOURDIEU, 2012, p. 142, grifo do autor)

É nesse sentido que as nomeações, classificações ou categorizações ganharam tanta importância na disputa de sentido sobre a tática *black bloc*. Ao dizer que um ato é violência,



vandalismo, fascismo, quebra-quebra ou baderna, acabamos enquadrando-o em um determinado lugar socialmente aceito e que goza de significados coletivamente compartilhados. Mas se dissermos que essa mesma tática é uma performance política, uma reação, uma resistência ou uma atitude de proteção, deslocamos sentidos e acionamos outros valores, suscitando novos posicionamentos dos sujeitos. E é justamente uma pequena parte desse jogo de significações que tentaremos analisar a seguir.

### **Uma Tática, Diversas Categorizações**

Certamente, a ação *black bloc* foi e é sempre um prato cheio para os holofotes midiáticos. De fato, os ativistas já vão às ruas sabendo que atrairão o interesse jornalístico. Apesar de se apropriarem do espaço noticioso para difundirem suas performances, a relação entre ativistas *black bloc* e imprensa sempre perpassou o viés do conflito. Desde os atos mais antigos, os adeptos à tática acusam a cobertura jornalística de massa de esvaziar a pluralidade dos protestos e de tentar rotular a diversidade de manifestantes em poucas e rasas categorias. O seguinte depoimento foi feito por participantes do bloco negro em protesto contra a Alca no Canadá em 2001:

O esforço da mídia consiste em denunciar aquilo que ainda não aconteceu, em nomear os ‘maus’... [...] Ocultando a fonte do problema: o capitalismo. Sempre demagógica e ávida por informações, a imprensa, com seu sabor de atualidade espetacular, fala do Encontro sem parar de repetir a verborragia das forças policiais e de modo a nos intimidar. É uma verdadeira operação psicológica. [...] Assim, nós o aconselhamos a não acreditar nesses jornais sem pesquisar: o espírito crítico certamente continua sendo um valor. Deve-se examinar por si mesmo para conhecer a verdade. (LUDD, 2002, p. 133)

Também no Brasil os ativistas comungam com esse olhar de crítica radical ao jornalismo e enxergam nos relatos da imprensa apenas manipulação e distorção dos fatos. Prova disso foram os inúmeros ataques a automóveis e a fachadas de sedes de emissoras, ocorridos durante as Jornadas de Junho. Não foi à toa que muitos repórteres foram às ruas sem identificação nos microfones, gravadores ou crachás profissionais, com medo de sofrerem represálias por parte do bloco negro.

Não é aleatório, portanto, que a disputa de sentido tenha sido emblemática na esfera midiática, onde, de um lado, o discurso de criminalização da tática ganhava força e, por outro, ativistas tentavam se defender e complexificar seus atos.

Assim, para ilustrar tal embate simbólico no circuito midiático, elegemos enunciados dos grandes veículos de comunicação, bem como fragmentos discursivos que



circularam pela internet – operando, assim, uma tática de “escuta aleatória intensa”. Como toda técnica de coleta, essa dinâmica tem limitações, mas nos pareceu a mais próxima possível da “escuta” ordinária de qualquer pessoa interessada em um assunto e que, em seu dia a dia, capta e é interceptada por elementos informativos de natureza diversa.

A primeira ilustração da disputa de sentido que gostaríamos de mostrar é a capa da edição da revista *Veja* de agosto de 2013<sup>5</sup> e a consequente sátira idealizada pelos ativistas *black bloc*. Vejamos abaixo o *layout* original e a releitura que circulou pelo Facebook:

Figura 1 – capa da revista *Veja* e sua releitura confeccionada por ativistas *black bloc*.



FONTE: revista *Veja* (21 de ago. de 2013) | página do Facebook *Black Bloc SP* (23 de ago. de 2013).

A capa de *Veja* mostra uma ativista carioca, conhecida como Emma, com o dedo em riste e em primeiro plano. O fundo totalmente vermelho assemelha-se a um mar de sangue e é possível visualizar a sombra de uma caveira ao lado da mão direita da garota. A manchete diz: “O bando dos cara-tapadas: quem são os manifestantes do black bloc, que saem às ruas para quebrar tudo”<sup>6</sup>. Dois dias depois de a revista chegar às bancas, ativistas publicaram uma sátira da capa, trazendo, no lugar da jovem, a fotografia de um policial da tropa de elite carioca, revelando uma oposição às forças militares. Na manchete da releitura, o texto: “O bando dos caras tapadas: quem são os policiais da tropa de choque, que saem às ruas sem identificação para quebrar todos”<sup>7</sup>. O fundo vermelho e a sombra da caveira foram mantidos.

A disputa de sentido pode ser percebida quando os ativistas se apropriam e desconstroem uma configuração visual, tentando atribuir uma nova significação à capa da

<sup>5</sup> Edição 2.335, de 21/08/2013.

<sup>6</sup> Edição 2.335, de 21/08/2013, p.73.

<sup>7</sup> Tanto a publicação quanto a página não estão mais disponíveis na rede social Facebook.

revista. A mesma categorização – “bando dos caras tapadas” – é utilizada agora para adjetivar a polícia militar e não mais os adeptos ao bloco negro.

Assim, a categorização assume um importante papel de enquadrar os fenômenos da realidade. Se Bourdieu nos explica que categorizar significa acusar publicamente, vemos como a mesma edição de *Veja* rotula a tática *black bloc* como *crime*, convocando uma tipificação que, automaticamente, julga e sentencia negativamente a prática.

Para eles e seus admiradores confessos – entre os quais professores universitários pagos com dinheiro público –, destruir uma ‘agência bancária a marretadas ou golpes de extintor de incêndio não é vandalismo, mas uma ação simbólica’, que, inserida na ‘estética da violência’, simularia a ‘ruína do capitalismo’. Embora haja uma definição mais precisa para isso – e ela pode ser *resumida na palavra crime...* (grifo nosso)<sup>8</sup>

Por outro lado, foi possível perceber o questionamento de sentidos instituídos, a problematização da *doxa*. Sujeitos sociais tentaram expor a existência do arbitrário (BOURDIEU, 2012) e o fato de que as noções de verdades são construídas socialmente (FOUCAULT, 2001). Vimos esforços para complexificar os sentidos instituídos e mostrar a vontade de verdade que rege alguns discursos. Um ativista da cidade de São Paulo, entrevistados por nós via e-mail, declarou sobre os protestos de 2013 e 2014:

A mídia globo sionista, partidária dos opressores e das classes econômicas no poder cumpre o seu papel *manipulador* e debocha da ética profissional da neutralidade jornalística, levando o povo. Usa de termos como o vandalismo e nem explica a população quem foram os povos vândalos, *jogando com princípios da alienação* para aplicar a discórdia e fragmentar o movimento social. (ANÔNIMO, 2014, grifo nosso)

Tanto a categorização de *Veja* quanto a fala acima do ativista mostra um artifício que esteve bastante presente na disputa de sentido: as tentativas de deslegitimação dos grupos opostos no embate simbólico, os esforços para obter ou arranhar a credibilidade de atores sociais.

Outro episódio emblemático da disputa de sentido ocorreu após a morte de Santiago Andrade, cinegrafista da Rede Bandeirantes de Televisão. Em 6 de fevereiro de 2014, o profissional captava imagens de um protesto na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Na praça localizada bem em frente à estação, um rojão disparado em meio ao tumulto atingiu e matou Andrade. Os manifestantes Caio de Souza e Fábio Raposo, apontados como responsáveis pelo disparo, foram automaticamente categorizados como adeptos à tática

<sup>8</sup> Edição 2.335, de 21/08/2013, p.78-79.

*black bloc* por estarem com os rostos cobertos. O embate simbólico que vinha se desdobrando desde as Jornadas de Junho do ano anterior tomou uma guinada em fevereiro de 2014 com a morte do cinegrafista.

O jornal Correio Braziliense, de 11 de fevereiro de 2014, tratou essa atuação pontual utilizando um termo impactante: selvageria. A palavra remete à irracionalidade, animalidade. Não é à toa que o texto do veículo diz que “a selvageria que expulsou das ruas manifestantes pacíficos atingiu o ápice ontem...”, remetendo a uma narrativa que mostra, de um lado, sujeitos “selvagens” que atacam e, de outro, vítimas “pacíficas” que precisam sair dos protestos para fugir de tal ameaça.

Figura 2 – capa do jornal Correio Braziliense.



FONTE: Correio Braziliense (11 de fev. de 2014).

Quando o Correio Braziliense (fig.2) utiliza a palavra “ápice”, ele tenta inserir a presença dos ativistas *black bloc* nas ruas brasileiras em uma narrativa, recorrendo a fatos passados, realizando uma retrospectiva da atuação do bloco negro – e de suas consequências – para dizer que, mais certo ou mais tarde, uma tragédia iria ocorrer. A revista Época também insere a morte de Santiago em uma progressão linear, destacando a falta de punição para os atos considerados violentos que ocorreram anteriormente. Em 17 de fevereiro de 2014, a revista traz o seguinte argumento:

Eles [os ativistas] transformaram em meta o vandalismo contra governo, polícia, imprensa, bancos, estabelecimentos comerciais, monumentos – e tudo aquilo que possa estar associado às instituições democráticas. [...]

Para interrompê-la, os abusos precisam ser punidos de todos os lados – e eles têm sido pouco castigados, apesar dos muitos flagrantes<sup>9</sup>.

As ilustrações também foram outro elemento discursivo bastante utilizado pelos veículos noticiosos, a fim de construir sentidos específicos sobre o ocorrido com Santiago. Por se tratar de uma morte violenta, as imagens elencadas são fortes, impactantes e muitas delas mostram o cinegrafista bastante ferido.

A manchete do Correio Braziliense (fig.2) traz a expressão *Black Blood* (sangue negro) e a foto do momento exato em que a cabeça de Santiago é atingida pelo rojão. A palavra *blood* foi inscrita em vermelho, por meio de uma grafia e uma estética que se assemelha ao sangue escorrendo. Assim, o bloco deixa de ser negro e passa a ser o bloco do sangue – o mesmo responsável pela explosão que acomete Santiago no registro da foto.

Por sua vez, os ativistas e defensores da tática *black bloc* tentaram inserir a tragédia em um contexto maior, retirando seu aspecto de fato isolado e traçando uma narrativa que evocava outras mortes ocorridas durante os protestos. Para eles, o falecimento de Santiago foi uma fatalidade, mas que estava inserida em um enredo que continha elementos diversos, como abuso policial, assassinatos não esclarecidos e diferença no tratamento das vítimas. Para compor a narrativa, até mortes ocorridas fora do âmbito das manifestações foram lembradas. Veja o que a página do Facebook *Black Bloc RJ* publicou no dia em o falecimento do cinegrafista foi anunciado:

Minhas condolências! Quero deixar minhas condolências à família do repórter cinegrafista da Band, Santiago! Quero também deixar minhas condolências às famílias dos dois protestantes mortos pela polícia que já não lembramos mais os nomes. Quero deixar minhas condolências aos jornalistas, ativistas e transeuntes que ficaram cegos pelas balas de borrachas e bombas da polícia de junho para cá, que já esquecemos os nomes e a quantidade. Quero deixar minhas condolências ao manifestante que desapareceu, e que até hoje, assim como o Amarildo, ninguém sabe do corpo, mas que neste caso, nem há responsáveis ainda. Quero deixar minhas condolências às mulheres de famílias de mortos pela polícia, inocentes que se vão todo ano, somente nas comunidades do Rio de Janeiro! Por fim, quero deixar minhas condolências a esse país, por seu povo ignorante e alienado, que agora discute um caso isolado como se fosse o todo da questão!<sup>10</sup>

Dias depois, na mesma página, os ativistas também utilizaram recursos discursivos semelhantes para defender sua posição na disputa de sentido. Em uma publicação, da página *Black Bloc RJ*, de 17 de fevereiro de 2014, podemos ver a seguinte mensagem:

---

<sup>9</sup> Edição 820, de 17/02/2014, p. 32.

<sup>10</sup> Disponível em <[www.facebook.com/BlackBlocRJ/posts/639353676112799](http://www.facebook.com/BlackBlocRJ/posts/639353676112799)>. Acesso em 1º de julho de 2015.

Urgente. Descoberto os assassinos do cinegrafista da Band. São as mesmas pessoas que permitem que sejam assassinadas mais de 50 mil pessoas por ano no Brasil. São as mesmas pessoas que permitem que mais de 50 mil pessoas morram no trânsito caótico no Brasil. São as mesmas pessoas que transformaram a saúde pública do Brasil em um verdadeiro corredor da morte. São as mesmas pessoas que roubam bilhões do Brasil, desviando dinheiro da saúde, educação, segurança, infraestrutura etc. São as mesmas pessoas que através de sua influência, desinformam, tiram a atenção do que realmente está acontecendo no país e iludem o povo a eleger sempre os mesmos políticos<sup>11</sup>.

Por sua vez, também no “episódio Santiago”, os veículos noticiosos tentaram desqualificar a modalidade de ação direta, ao mesmo tempo em que qualificavam suas próprias posições dentro do embate simbólico. A revista *Época* tenta reafirmar o lugar legítimo que a imprensa ocupa e assim, manter a validade do discurso por ela proferido.

Qualquer ataque à imprensa é um ataque a esses olhos, ouvidos e vozes. Quem ataca a imprensa ataca olhos, ouvidos e vozes que trabalham para si próprio, que estendem sua própria visão, sua própria audição e sua própria voz. Quem ataca a imprensa não quer apenas cegar o outro – quer também ficar cego<sup>12</sup>.

Deslegitimação *versus* defesa da verdade do próprio discurso. Categorização *versus* tentativas de complexificação de rótulos. Reverberação de sentidos instituídos *versus* questionamento da *doxa*. Muitas foram as estratégias utilizadas na disputa de sentido que envolveu o aparecimento da tática *black bloc* na cena pública brasileira. Isso nos mostra como um mesmo fenômeno, um mesmo dado da realidade pode convocar diferentes sujeitos e interpelar distintos grupos. A disputa pela posse do discurso, do poder simbólico e, conseqüentemente, do direito de fazer crer, suscitou diferentes respostas e ações que ora criminalizam, ora defendiam determinada configuração de mundo – além, claro, das nuances intermediárias que tangenciavam e transitavam pelas duas posições.

### **Considerações Finais**

Frente ao surgimento da tática *black bloc*, narrativas totalizantes já não davam conta de contemplar a multiplicidade do fenômeno e das percepções sobre ele. E é nesse sentido que nasceu a disputa de sentido em torno da modalidade de ação direta.

Não podemos deixar de apontar que vários sujeitos, ainda que não institucionalizados, fizeram parte da disputa de sentido e proferiram enunciados que ajudaram a fomentar o embate simbólico. No entanto, é preciso reconhecer que os papéis de

---

<sup>11</sup> A publicação não se encontra mais no ar. No entanto, a página na rede social Facebook se mantém. Disponível em <[www.facebook.com/BlackBlocRJ](http://www.facebook.com/BlackBlocRJ)>. Acesso em 1º de julho de 2014.

<sup>12</sup> Edição 820, de 17/02/2014, p. 31.



protagonistas ficaram mesmo a cargo dos grandes veículos jornalísticos e dos ativistas da tática *black bloc*.

Essa busca por espaços de fala revela uma disputa pelo direito ao discurso legitimado. E por que os atores sociais almejavam tanto obter o discurso? Porque, como nos mostra Foucault (2001), ter a posse do discurso é ter também a posse do poder. E que tipo de poder estava em jogo durante toda a disputa de sentido? Notadamente, o poder simbólico, ou como já definiu Bourdieu, “o poder de constituir o dado pela enunciação” (2012, p. 14).

Na luta pela ordem discursiva, emergiram os chamados sistemas de exclusão – que legitimam ou não alguns discursos circulantes. Entre tais sistemas, destacamos a “vontade de verdade” de um discurso, fazendo com que ele dite o que é verdadeiro ou não. Semelhante ao poder simbólico de Pierre Bourdieu, a vontade de verdade em Michel Foucault é velada, passa despercebida e é mascarada pela própria verdade que apregoa:

Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário. [...] O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la. (FOUCAULT, 2001, p.19-20)

Portanto, para nós, foi interessante perceber os esforços de tais atores para estabelecerem suas verdades ao longo da disputa de sentido. É preciso destacar que as camadas de significação foram sendo adicionadas no desenrolar do acontecimento. Isso mostra o poder ativo dos sujeitos sociais de não comprarem qualquer versão dos fatos, de buscarem novas interpretações, de trazerem novos elementos para sua experiência e formatar diferentes apropriações de um mesmo fenômeno.

Apesar das inegáveis contribuições de Bourdieu para nossa análise, percebemos certa rigidez na abordagem do autor sobre poder simbólico: de um lado, teríamos as esferas autorizadas (e cristalizadas) para dar sentido ao mundo. Do outro, um grupo de agentes sem voz. Bourdieu entende que é necessário derrubar a estrutura legitimada para então obter a posse do discurso. Já em nosso entendimento, não negligenciamos o próprio processo de busca pelo direito de fornecer significados. Quisemos ir além de uma perspectiva teleológica e olhar como o próprio percurso podia dizer muito sobre a disputa de sentido e sobre as tensões que envolveram o espectro da ordem discursiva.

Entendemos que, ao categorizar, ao enquadrar, o jornalismo não funcionou como uma grande maquinaria manipuladora a fim de exterminar todos os seus “inimigos”. Também não é suficiente analisar os ativistas sob um olhar de vitimização, de sujeitos sem vez e sem voz. Não é essa defesa ou essa acusação cega que quisemos realizar. O que pretendemos, neste trabalho, foi mostrar que, frente a um acontecimento, estratégias e táticas são utilizadas por diversos atores sociais a fim de fornecer narrativas que deem conta de entender o mundo ao nosso redor. Não queremos encontrar o dono do discurso verdadeiro. Cada um assume sua posição numa tentativa de tornar eventos e fatos mais inteligíveis.

Apesar do inegável lugar privilegiado de locutor, o chamado “jornalismo de referência” também faz parte dessa coletividade que busca, a todo momento, significar e ressignificar acontecimentos. O relato jornalístico, como parte integrante do tecido social, está em permanente processo de negociação com os atores implicados nas práticas interacionais comunicativas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. Trad. Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2014.

**ÉPOCA**. São Paulo: Globo, n. 820, 17 de fev. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 2001.

LUDD, Ned. **Urgência das ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

**VEJA**. São Paulo: Abril, n. 2.335, 21 de ago. 2013.